

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Reforma do Judiciário: Exposição e Debate na Câmara dos Deputados

Deputado Jairo Carneiro (Presidente da Comissão Especial da Reforma do Judiciário) – Sr. Ministro, estamos verdadeiramente honrados com a participação de V. Exa., com o seu brilho, entusiasmo e o alto valor e conteúdo da sua exposição. Espero que V. Exa. possa permanecer para o momento dos debates com os nobres membros da Comissão.

Convido o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Depois, usará da palavra o Ministro Wagner Pimenta.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Jairo Carneiro; Exmo. Sr. Relator Geral, Deputado Aloysio Nunes Ferreira; Srs. membros da Mesa, Ministro José Néri da Silveira, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Ministro Wagner Pimenta, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Carlos Almeida Baptista, Presidente do Superior Tribunal Militar; e Sr. Presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, Desembargador José Fernandes Filho; Srs. Deputados que integram esta Comissão, agradeço inicialmente a honra de ter sido convidado pelo eminente Presidente, Deputado Jairo Carneiro, para tecer considerações sobre a reforma do Poder Judiciário e quero dizer-lhes que

esta honra ainda é maior, porquanto, no início da minha vida, tive ensejo de trabalhar nesta Câmara dos Deputados, que é o pulmão pelo qual os cidadãos respiram as liberdades públicas.

Iremos, pois, fazer algumas reflexões sobre a reforma do Poder Judiciário e fá-lo-emos enfocando especialmente a visão do Superior Tribunal de Justiça e da Justiça Federal.

O Superior Tribunal de Justiça ocupa uma posição singular, por ser o órgão de cúpula da Justiça comum federal e estadual; nele há representatividade de todos os setores que atuam junto ao Poder Judiciário: na sua composição, há um terço de Juízes Federais, um terço de Desembargadores, e o outro terço é formado de membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Distrito Federal e, também, de advogados.

É preciso salientar, inicialmente, que a crise do Judiciário há de ser vista como um dos aspectos da crise do próprio Estado. A estrutura estatal, todos sabem, não funciona em benefício dos cidadãos. Reivindicações básicas da população, como educação, segurança, saúde e moradia, são postergadas. O excesso de regulamentação paralisa a economia causando desemprego. A legislação é alterada e editada a todo o momento pelo Poder Executivo mediante medidas provisórias, instrumento legislativo de maior amplitude do que os criticados decretos-leis promulgados pelos governos ditatoriais.

Tenha-se em conta, ainda, que colaboram para essa plethora legislativa os estados e os municípios. No Brasil temos dezenas de milhares de leis, e já dizia Tácito, jurista do início do primeiro milênio, que *corruptissima res publica, plurimae legis* (O mais corrupto dos Estados é aquele que tem o maior número de leis). Cito essa observação, por ser muito antiga e ter procedência. Por quê? Porque a lei alterada a todo instante, a toda hora gera insegurança jurídica, e a insegurança jurídica significa mais causas. Da mesma maneira, os pacotes econômicos, os pacotes previdenciários, os pacotes administrativos traduzem-se também em mais causas. Então, é o Estado desmoralizando o Estado, pois essas causas em número muito grande vão abarrotar o Judiciário, que passa a ser criticado. Notem os senhores que, no Superior Tribunal de Justiça, 60% das causas que lá chegam são originárias do Poder Público. Portanto este parece-me ser o aspecto básico. Sem se reorganizar o Estado com a reforma política e a reforma dos Poderes Executivo e Legislativo, adequando textos constitucionais próprios do sistema parlamentarista ao presidencialista e sem dar maior estabilidade à legislação, difícil será conceber uma reforma eficiente do Poder Judiciário. Em outras palavras, sem se organizar e dar eficiência ao Estado-administrador e ao Estado-legislador, é claro que ineficiente também continuará o Estado-justiça.

É importante ter-se em conta que a democracia é o governo das leis e não dos homens, e é através do Judiciário que se reafirma a obra do legislador. Por

consequente, o Judiciário e o Legislativo atuam de maneira muito próxima. O Judiciário reflete a legislação que é aprovada pelas Casas do Poder Legislativo. Quando essa legislação destoa dos anseios da sociedade, evidentemente o Judiciário sofre as conseqüências. Daí, uma primeira observação que quero fazer: a reforma do Poder Judiciário não há de se circunscrever à reforma do texto constitucional; ela há de prosseguir com a reforma da legislação infraconstitucional, porque, sem isso, não poderemos esperar grandes resultados.

Antes de fazer exposição mais objetiva sobre temas relativos à reforma constitucional, trago-lhes alguns dados estatísticos – não vou ficar aqui a ler estatística, porque deixarei esses elementos com a Comissão, mas são dados muito significativos. O Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, no primeiro ano de seu funcionamento, em 1989, teve distribuídos 6.103 processos e julgados 3.711. Até aí nada significa, porque ele não começou a funcionar no início do ano, e o número de processos é muito pequeno. Mas vejamos nos anos posteriores. Em 1990, foram distribuídos 14.087 processos e julgados 11.742; em 1991, foram distribuídos 23.368 e julgados 19.267; em 1992, 33.872 e julgados 31.428. Em 1993, 33.336 distribuídos e 35.105 julgados; em 1994, 38.670 distribuídos e 43.032 julgados. Em 1995, houve distribuição de 68.576 processos e julgamento de 62.332; em 1996, 77.032 processos distribuídos e 77.629 julgados; 1997, 96.376 distribuídos e 102.054 julgados. E, no ano passado, um total de 92.107 distribuídos e 101.467 processos julgados. Então, o número de feitos tem crescido de maneira assustadora. Ou, em outras palavras, para que se tenha uma idéia, nesses dez anos de funcionamento, o Superior Tribunal de Justiça recebeu cerca de 500 mil feitos e julgou 450 mil. Poderiam dizer: mas restam 50 mil; é um número muito grande. Cinquenta mil processos significam o trabalho do Superior Tribunal de Justiça em um semestre, porque, nos dois últimos anos, ele julgou, a cada ano, 100 mil feitos. Assim, nesse contexto, uma satisfação que cabe a esta Casa é a de que o Superior Tribunal de Justiça tem cumprido, com grande sacrifício é bem verdade, a sua missão constitucional.

Um dado relevante com relação à Justiça Federal é o seguinte: muitos a criticam, mas poucos sabem que ela dá lucro. Tenho visto, com freqüência, os jornais noticiando que a Justiça está aumentando seus gastos. Mas vejam: será que falta sensibilidade política a este País? Até 1988, vivíamos no regime autoritário. O Poder Judiciário estava engessado; a cidadania era reduzida. Como veio a democracia, é evidente que o Poder Judiciário precisava crescer. Antes de 1988, havia no País 247 Juízes Federais. Hoje, existem 1.102 cargos, dos quais apenas 800 preenchidos. Portanto houve um crescimento, e os dados estatísticos – vou deixá-los aqui e poderão ser consultados – mostram que ele é fundamental e, mais do que isso, é necessário e até mesmo indispensável para o Estado. Note-se que Justiça não é coletoria; Justiça existe para assegurar, para tutelar a cidadania e

os direitos individuais, políticos e sociais. Entretanto, por acaso, a Justiça Federal dá lucro. Nos quatro últimos anos, ela arrecadou, por ano, cerca de 1 bilhão e 200 milhões de reais e gastou em média – está aqui o eminente Deputado Márcio Reinaldo, especializado no assunto, que acompanha isso no Orçamento – 700 milhões de reais. Esse é um dado importante.

Notamos, também, os absurdos que acontecem no País quanto aos depósitos judiciais: a média tem sido superior a 17 bilhões de reais; foi quando alertamos para esse fato. Era um dinheiro que ficava paralisado e que, por uma mera medida contábil, foi repassado para o Banco Central, evitando-se o pagamento de juros vultosos.

Notamos, além do mais, que há em cobrança, na Justiça Federal, cerca de 70 bilhões de reais relativos a créditos fiscais, havendo cerca de 30 bilhões de créditos em fase de inscrição. É muito dinheiro público. Se houvesse uma melhor estrutura de cobrança, esses valores poderiam ser arrecadados em maior quantidade; e a atuação do Estado teria a função exemplar de punir os maus pagadores, ou melhor, de mostrar-lhes que não vale a pena deixar de pagar os tributos devidos. Mas essas observações genéricas servem para mostrar que procede, sem dúvida alguma, a crítica segundo a qual a Justiça é morosa e ineficiente – no seu conjunto isso acontece. É preciso verificar que há setores da Justiça que funcionam em níveis razoáveis, todavia impõe-se o seu aprimoramento. E como fazê-lo? Trarei aqui algumas idéias resumidas.

Acredito que, sob o ângulo das instâncias superiores e no que diz respeito ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, deve haver um adequação de competência. O Supremo Tribunal Federal precisa erigir-se efetivamente em Corte Constitucional, como quis o legislador constituinte, que o reconhece como uma Corte predominantemente constitucional. É fundamental que isso aconteça, porque, se houver competência híbrida, o Supremo Tribunal Federal transformar-se-á numa quarta instância. Sei que muitos dos seus Ministros sustentam essa tese. Assim, precisa ficar clara a competência do Supremo de Corte Constitucional. O que significa isso? Os recursos ordinários que versam, muitas vezes, matéria infraconstitucional não podem mais subir ao Supremo Tribunal Federal. Daí, sustenta-se que as decisões do Superior Tribunal de Justiça não se ser irrecorríveis, salvo matéria constitucional. Isso explica essa questão. Nós, no Brasil, temos duas Cortes da Federação. O Superior Tribunal de Justiça resultou de um desmembramento do Supremo Tribunal Federal, e deste adveio, praticamente, toda a competência a ele outorgada, em matéria infraconstitucional, pelo texto constitucional. O Superior Tribunal de Justiça passou a ser a Corte máxima à qual cabe zelar pela autoridade e uniformidade interpretativa da legislação federal. Essa é a função que lhe cabe. Quanto ao Supremo Tribunal Federal, qual a sua atribuição? Decidir sobre matéria constitucional. Se não se

fizer essa adequação, ficaremos sempre com uma zona cinzenta, que gera uma série de consequências práticas, postergando o andamento dos processos.

Creio que essa observação é fundamental para aperfeiçoar o ordenamento constitucional em vigor. É claro que algumas matérias terão de ser adequadas, de modo a atender à nova configuração do Supremo, e, em razão do curto prazo, não poderei adentrar o exame de cada uma delas, mas a idéia básica que sustento é esta: a medida fundamental para tornar o sistema mais funcional é erigir o Supremo como Corte Constitucional. E digo mais aos senhores: há muitos países que adotam esse modelo. Por exemplo: em Portugal há a Suprema Corte de Justiça e há a Corte Constitucional. Na Itália, a Suprema Corte de Cassação e a Corte Constitucional; e até mesmo países de Constituição recente, posso citar dois: a Rússia e a Polônia seguem sistema semelhante. Os senhores poderiam dizer: “Será que Rússia e Polônia serviriam de exemplo?” Digo que sim, porque as suas Constituições foram aprovadas agora em 1990, sob o influxo do exame daqueles textos mais modernos da Europa Ocidental. Na Rússia, existem a Suprema Corte de Justiça, a Suprema Corte Constitucional e a Suprema Corte de Arbitragem; na Polônia, a Suprema Corte Constitucional, a Suprema Corte de Justiça e a Suprema Corte Administrativa. Parece que esse é o caminho. O fluxo da história conduz a essas duas Cortes, com funções bem determinadas, desde que mantido o sistema jurídico que seguimos.

Quero, ainda, dando prosseguimento, dizer que seria conveniente se fossem estabelecidos, por meio de lei, pressupostos especiais de admissibilidade dos recursos para os Tribunais Superiores, segundo o critério de transcendência social, econômica, política e jurídica. A idéia fundamental é a seguinte: valorizar a Justiça estadual. O fluxo de recursos que chega até as instâncias superiores é muito grande. Muitas matérias são pouco expressivas e muitas, pela sua própria natureza, reclamam decisões rápidas. Dou exemplo: causas previdenciárias, que precisam de solução rápida. Quem pretende obter um benefício previdenciário não tem condição de esperar por longo tempo. Não pode ficar cinco, dez, vinte anos esperando por uma decisão judiciária. Essas causas, talvez até mesmo causas trabalhistas, do ramo da Justiça especializada - o Ministro Wagner Pimenta falará sobre isso -, causas de índole alimentar têm de ser solucionadas de forma rápida. É conveniente deixar que a lei estabeleça pressupostos especiais com relação ao cabimento de recursos em tais causas.

Leis pertinentes ao exercício da função jurisdicional e da atividade judiciária. Creio que se poderia também dar competência ao Supremo e aos Tribunais Superiores da iniciativa dessas leis relativas ao exercício da função jurisdicional e da atividade judiciária. Eles ofereceriam os projetos, pois, pela experiência do dia-a-dia, convivem com os problemas judiciários a todo instante, a toda hora e poderiam sugerir a sua solução pela via legislativa. Há órgãos no Judiciário que

estudam essas matérias. O Conselho da Justiça Federal, que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, promove simpósios e realiza estudos constantes. Se o Congresso assim entender, se o Poder Constituinte assim entender, a iniciativa dessas leis poderia ser também dos Tribunais Superiores, os quais remeteriam os projetos, e o seu merecimento seria aqui examinado com amplitude. Creio que seria uma forma de colaboração entre os Poderes. Seria uma maneira de colocar em prática o princípio da independência e harmonia entre os Poderes. Fala-se muito em independência, contudo pratica-se pouco a harmonia. Penso que a providência permitirá o entrosamento maior ainda entre os Poderes Legislativo e Judiciário.

Um outro tópico que, a meu ver, também é muito importante refere-se à escola de formação e aperfeiçoamento dos Magistrados. Hoje, há muita reclamação quanto a existência de Magistrados muito novos. Claro que eles têm uma formação jurídica excelente, porquanto enfrentam difíceis concursos públicos, no entanto todos nós sabemos que o Juiz precisa ter vivência. Só quem vive conhece a vida. Nos povos antigos, o Juiz era sempre uma pessoa mais idosa, porque tinha sensibilidade para a vida. E um Juiz novo, por mais competente que seja, dificilmente terá essa sensibilidade. Às vezes, erra não por falta de conhecimento jurídico, mas por falta de conhecimento da vida. Por isso mesmo, entendo ser necessário que se criem essas Escolas da Magistratura, como na França, como em Portugal. O Juiz, inicialmente, ingressaria na Escola e nela estudaria uns dois ou três anos; esse aperfeiçoamento seria muito valioso para ele, no exercício da sua função judicante. Conforme disse, já há, no Conselho da Justiça Federal, o Centro de Estudos Judiciários. Com pouquíssimos recursos, poderíamos transformar o Centro de Estudos Judiciários em Escola da Magistratura. Não gastaríamos praticamente nada; poderíamos aproveitar o nosso corpo funcional, os servidores, os espaços existentes e transformar uma parte do Conselho da Justiça Federal, isto é, o atual Centro de Estudos Judiciários, em Escola da Magistratura.

Outra providência ainda, com relação ao que proponho no âmbito da Justiça Federal, seria ampliar a competência do Conselho da Justiça Federal. O Conselho, hoje, é o órgão central normativo que exerce supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Apenas isso. Mas creio que ele deveria também ter poderes correicionais; deveria ser fortificado.

Por que ocorrem desequilíbrios orçamentários e administrativos? Há um grande número de varas e de tribunais, mas não há uma regra de investimentos públicos estabelecida. Temos feito um esforço monumental. Estamos criando uma rede informática de alta velocidade, unindo a Justiça Federal aos seus principais clientes: o INSS, a Procuradoria da Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal e a Advocacia-Geral da União. Isso trará uma economia grande em termos de

“custo-brasil”, porque, em vez de se deslocarem os advogados desses vários setores até a Justiça, a Justiça é que encaminha, via informática, os elementos de que eles precisam para acompanhar, examinar os seus processos. Uma economia fantástica de custos. O STJ já faz isso através do Sistema STJ/PUSH. O advogado, para acompanhar os processos, não precisa deslocar-se até o Superior Tribunal de Justiça. Como incluímos esses dados no computador, basta que ele se inscreva no Tribunal para fazer as consultas de uma maneira muito simples e desburocratizada. Queremos estender esse serviço à Justiça de todo o País através dessa rede de informática de alta velocidade.

Qual a grande vantagem dessa rede? É que podemos ter referenciais relativos a custos. Quanto custa uma instalação de uma vara no Sul, no Norte, no Centro? Vamos ter esse referencial. Quanto custa o mobiliário? E os computadores? Então, pode-se, por esse referencial, aplicar, com mais eficiência, o dinheiro público.

Na Justiça Federal, fizemos um levantamento: setenta por cento das aquisições são feitas mediante licitações públicas; muito mais do que nos outros Poderes. Por questão de ética, não vou dizer o índice dos outros Poderes em termos de licitação. Mas precisamos ir além, porque os recursos públicos devem ser monitorados e gastos com sobriedade.

Fazem críticas. Eu sei que um dos Tribunais que foi muito criticado foi o Superior Tribunal de Justiça. Hoje temos uma opinião pública muito emblemática, muito ortodoxa e muito obsessiva. Há, evidentemente, certos desvios; isso acontece às vezes. E o prédio do Superior Tribunal de Justiça? Dizem que é excepcional. Aqueles que foram lá viram que não é bem assim. Realmente há a parte da frente, obra de Niemeyer, que sempre gera contestações, como as de todos os gênios -, basta verificar as obras dele (desde a igreja da Pampulha, em Belo Horizonte, ele é criticado) -, e Niemeyer tem por princípio fazer obras enormes, com grandes espaços e grandes corredores. Ele diz que a obra é do povo, portanto o povo tem de ter espaço, exatamente para poder se deslocar. Não concordo com esse ponto de vista, mas ele é um dos maiores arquitetos do mundo. Então, há essas falhas. Todavia, em termos de gastos, de dinheiro público, isso foi periciado pelo Tribunal de Contas, com auditorias externas especializadas; tudo visto, concluiu-se que o preço está na média geral do País. Construções mais recentes, inclusive na própria Justiça - construções não-corruptas, construções feitas de acordo com as regras, com os parâmetros que devem ser observados - ficaram por custos maiores. Mas fica essa injustiça para um Tribunal que trabalha, que tem um volume de serviço cada vez maior; transformaram-no em notícia emblemática. Todos os senhores Deputados são convidados para visitar o Tribunal e conhecer o que realmente existe e quais são os problemas.

Vamos além. Precisamos examinar essa questão da guerra das liminares, que é um problema realmente muito sério, porque uma liminar mal dada atinge o

Poder Judiciário. Liminares mal dadas podem, inclusive, inviabilizar o funcionamento do Poder Executivo. É necessário, então, que se equacione a matéria, de forma a não desprestigiar o Judiciário e evitar que essas liminares tenham efeitos avassaladores para a administração do País. Devemos ter em mente que cada Poder exerce sua atribuição constitucional. O Executivo é responsável pela política de Governo, e não cabe ao Judiciário intrometer-se em política de Governo, salvo quando há prática de algum ato administrativo inconstitucional ou ilegal. Cabe ao Legislativo legislar, portanto ele não pode intrometer-se na competência do Poder Judiciário, e, muito menos, o Judiciário assumir funções administrativas ou legislativas, próprias de outros Poderes.

Quais seriam as medidas que poderiam ser suscitadas para combater a guerra das liminares? Examinamos duas medidas que podem ser eficazes. Sabemos que hoje temos muitas ações coletivas, ações públicas. Trata-se de grande evolução do nosso Direito, de uma grande conquista. Mas notem, senhores, essas ações coletivas e as decisões nelas proferidas têm efeitos imensos que atingem não apenas o indivíduo, mas muitas pessoas - efeitos *erga omnes*. Que fazer nesses casos? Seria razoável que uma só pessoa, singularmente, desse uma decisão de tamanhos efeitos, examinando o fenômeno que lhe fosse submetido sob um ângulo apenas? Parece-me que a decisão nesses casos deveria ser, em princípio, dada por órgãos colegiados, que pudessem avaliar melhor os efeitos dessas medidas.

Como assim? Quando forem medidas que tiverem reflexos em todo o território nacional, a única solução encontrada seriam as ações civis públicas e aquelas propostas por entidades associativas da defesa dos direitos de seus associados, representados ou substituídos; quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e quando o Superior Tribunal de Justiça considerar relevante a questão, seria a de que ele, Superior Tribunal de Justiça julgasse essas ações, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral.

O que significa isso? Naqueles casos de alta relevância, a única forma é o Superior Tribunal de Justiça julgar essas causas - não todas, porque ele já tem, na sua competência, causas demais. Ficaria excessivamente sobrecarregado se todas essas demandas lhe fossem endereçadas, mas, com a citada restrição, a questão poderia ser equacionada. Aqueles casos em que os efeitos da decisão abrangessem dois ou três Estados sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal, caberia a este decidi-los. Seria uma forma de órgão colegiado examinar essas ações coletivas de muito reflexo e que atingem uma coletividade muito grande.

Ao mesmo tempo, ao lado dessa solução, pensamos num instituto que poderá ser aprofundado, denominado mandado inibitório. Esse instituto tem o se-

guinte conceito. Sabemos que já houve uma medida adotada pelo pacote de abril, muito criticada, que foi a advocatória. A advocatória é algo muito violento. Consiste em tirar, a fórceps, um processo da competência de um Juiz. Não deve ser adotada. Mas, quanto ao mandado inibitório, informamo-nos em regras já existentes na legislação infraconstitucional: a suspensão de segurança e a suspensão de liminar. Quando uma decisão atinge a economia, a saúde, a segurança ou a ordem pública, é possível uma entidade pública requerer suspensão dessa liminar ao presidente de um Tribunal.

O mandado inibitório seria aplicado em que caso? Nas causas repetitivas, envolvendo aplicação de lei federal e teria, por sentido, suspender os efeitos de decisões proferidas pelos Juízes e Tribunais sujeitos à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Suspenderia apenas os efeitos da decisão, mas o processo continuaria tramitando. Poderia requerê-lo o Procurador-Geral da República e outras autoridades a serem definidas. Esse seria o seu sentido: sustar os efeitos das decisões nas causas repetitivas que muitas vezes ficam “pipocando” aqui e ali e geram uma grande insegurança jurídica. Os efeitos ficariam sobrestados até o julgamento do Tribunal. É um tema a ser examinado, a ser aprofundado, contudo é uma idéia que fica aqui colocada ao exame da Comissão.

Outra questão é a súmula vinculante, que tem sido muito criticada. Dizem que é um instituto autoritário, violador do princípio relativo ao equilíbrio dos Poderes, por atribuir a função de natureza legislativa ao Judiciário e, também, por ser incompatível com o *status* de agente político de um Magistrado e comprometedor da formação da convicção deste.

Penso, porém, que essas críticas não procedem. Primeiro, porque o instituto não é novo. No Brasil, já temos decisões que produzem efeitos *erga omnes* e vinculativos. As decisões proferidas pelo Supremo em ação declaratória de constitucionalidade, em ações diretas de inconstitucionalidade não têm efeito *erga omnes*? Por que teriam função legislativa? Nada disso. Além do mais, os exemplos que importamos de outros países, nas experiências tão conhecidas do Direito anglo-saxão, verifica-se que a regra é a vinculação dos precedentes judiciais.

A súmula com efeito vinculante tem o condão de assegurar às partes isonomia de tratamento em situações absolutamente idênticas. Não tem sentido que, em causas análogas e repetitivas, em virtude de aspectos meramente formais, uma parte venha perder a demanda e outra obter uma decisão favorável. Isso não é justificável aos olhos da população. Dois ou mais cidadãos fundados na mesma lei pedem um benefício previdenciário, a declaração de inconstitucionalidade de um tributo ou uma vantagem funcional, e alguns ganham a causa e outros a perdem. É um absurdo que uns percam a causa simplesmente porque o advo-

gado não observou o prazo para recorrer ou deixou de recolher as custas devidas.

Em suma, são as causas propostas por computador: petição inicial igual, contestação igual, sentença igual, recurso igual. Dois vizinhos propõem essa causa. O advogado junta uma petição padronizada, que era de outra causa. Um vizinho ganha a demanda e o outro a perde. Isso é um absurdo. A Justiça tem de se preocupar com a essência do Direito. A forma é algo que não pode prevalecer sobre o fundo de direito. É necessário mudança de mentalidade. A meu ver, urge uma revolução em termos de conceitos e princípios. O mundo mudou muito nessas últimas três décadas. Ninguém agüenta mais esperar longos anos para obter uma decisão judicial e, muito menos, nessas causas repetitivas. É necessário que se adotem instrumentos para poder evitar que, em casos como esses, por requisito formal, alguém ganhe uma causa e outro, embora tenha o direito subjetivo a seu favor, perca-a. A Justiça não é sortilégio.

O que faz o Juiz diante dessas causas repetitivas? Ele apenas sorteia quem vai recorrer. Quem diz a palavra final é realmente a Corte, última encarregada de dizer qual a solução correta.

As súmulas vinculantes, se adotadas, devem vincular também as autoridades administrativas federais, estaduais, municipais e autárquicas, porque é muito difícil cumprir decisão judicial no Brasil, principalmente contra o poder público. Essas súmulas – e esse é um aspecto que, ao contrário do que sustentam os Juízes, irá valorizar o exercício da função jurisdicional –, se aprovadas, deverão vincular as autoridades públicas, as quais deverão sujeitar-se a responder por crime de responsabilidade pelo seu descumprimento. Penso que seria uma medida salutar. A lei disporia sobre os processos da sua revisão, da sua aprovação. Acho que há até uma solução meio-termo para não se generalizarem essas súmulas, de forma a abranger matérias atinentes ao Direito Penal, ao Direito Civil. Elas poderiam ficar adstritas àquelas causas repetitivas, previdenciárias, trabalhistas, causas relativas a servidores públicos, às de natureza econômica. Talvez fosse uma solução razoável, uma solução meio-termo.

Controle do Poder Judiciário é outro tema sobre o qual quero fazer uma ligeira reflexão. Creio que devemos refletir sobre ele sem maiores emoções, sabendo que estão em jogo, nesse caso, princípios fundamentais, como o da separação dos Poderes. Quanto a esses princípios fundamentais, muitos deles foram vitoriosos no Brasil. Diversos povos lutam com todos as suas forças para conseguir aquilo que nós já conquistamos, mas que, parece, vamos perder.

Faço um depoimento. Estive, no ano passado, na cidade do Porto, na reunião da União Internacional de Magistrados, entidade que congrega 136 países. A grande luta neste mundo afora é pela independência do Poder Judiciário. Em muitos países, até em nações muito adiantadas, o Judiciário é ainda um subpoder

do Estado. No Brasil, hoje, convencionou-se algo que seria uma panacéia que corrigiria todos os males do Poder Judiciário. Tudo consistiria no chamado controle externo. A exemplo, se um Juiz não agradar, ou cometer uma irregularidade, a solução seria controle externo. Chegou-se a falar que o Juiz foge do controle externo como o diabo da cruz. São coisas que nós, os que temos vivência – e eu estou com o meu tempo já vencido e posso aposentar-me a qualquer hora, portanto não me beneficiarei de forma alguma com decisão que o Congresso entender tomar a respeito –, precisamos esclarecer, pois são muito importantes para a manutenção do Estado democrático de direito. Dizem, senhores, que quem inventou a guilhotina foi guilhotinado. Será que essas regras drásticas não poderão voltar-se contra quem as aprovar? E mais que isso: contra os cidadãos brasileiros? Cabe ao Poder Constituinte dar estabilidade institucional ao País.

E essa figura do controle, o que significa? Em certos países da Europa, o autogoverno da Magistratura é exercido pelo Ministro da Justiça. A França é um exemplo. Há uns seis anos, passei em Paris e vi esta manchete nos jornais: **Greve dos Juízes**. Lá, não são os Juízes quem exerce o autogoverno do Poder Judiciário. O Judiciário é um subpoder do Estado. Alguns países conseguiram criar o órgão colegiado, por exemplo, a Itália, em que a maioria é formada de Juízes. O Conselho Superior da Magistratura, órgão que se diz de controle externo, é formado pelo Presidente da República, por Deputados, por Senadores, por professores universitários, mas a maioria é composta de Juízes.

Se o autogoverno da Magistratura era exercido pelo Ministro da Justiça e passou a ser por um órgão colegiado formado, na sua maioria, por Juízes, isso foi uma grande conquista. No Brasil, será isso uma conquista? A nós, que há muito tempo temos o Judiciário realmente independente, causa-nos estranheza quando costumam citar nos jornais o modelo argentino! A América Latina! Comparar os Judiciários dos países da América Latina com o do Brasil não é possível; o nosso é muito mais evoluído. O nosso Poder Judiciário, com todos os defeitos que tem, e são muitos, há de ser um orgulho para o País. Vamos aperfeiçoá-lo, tirar todos os excessos e melhorá-lo; isso é fundamental. Mas não devemos voltar a posições que podem levar, no futuro, a distorções muito grandes. Se tivermos um regime mais forte, esse controle poderá ser integrado por componentes também desse regime autoritário, em um processo de intervenção mais brusca no Poder Judiciário. É algo muito perigoso. Sustento que o Conselho deve ser pequeno e, a existir, deve funcionar, apenas oficiando perante ele o Conselho Federal da Ordem dos Advogados e o Ministério Público, cada um desses órgãos exercendo, pois, as suas atribuições.

Creio que o Conselho deve ser pequeno, formado por uns dez, onze membros. Não é preciso criar grandes estruturas, porque, senão, precisaremos do

Conselho dos Conselhos, quer dizer, do controle do controle. Deve ser criado um órgão pequeno, barato, sem gastar muito dinheiro público.

Vou explicar como funcionará. Já temos controle do Poder Judiciário, exercido pelas corregedorias e pelos próprios tribunais. Mas há defeitos nesse controle. E quais esses defeitos? Hoje, punir Desembargador, punir Ministro é quase impossível. Para isso, precisamos alterar o texto constitucional. Como? Sustento o seguinte: há certas punições que são risíveis, por exemplo, aposentadoria e disponibilidade com vencimentos integrais. Isso é um absurdo, deve ser mudado imediatamente, não há dúvida; é indiscutível. Ademais, dever-se-ia abrir o texto constitucional para permitir a punição do Juiz por falta de decoro e por falta de trabalho. Isso precisa se feito.

Falo de punição administrativa, de forma que é preciso ter cuidado: essas punições, com a perda do cargo, não podem, em todos os casos, ser aplicadas pelo tribunal ao qual o Juiz está submetido, pois as relações entre o Juiz de primeiro grau e o tribunal são relações de simpatia e de antipatia, e a vitaliciedade é uma garantia da imparcialidade do Juiz. O Juiz decide contra poderosos, contra o poder econômico e o poder político, de modo que essa e as outras garantias constitucionais são fundamentais.

Tenham os senhores certeza de que só a existência desse Conselho, com as alterações constitucionais sugeridas, irá estimular o funcionamento dos outros órgãos de controle existentes e, na eventualidade de não funcionarem estes, aquele avocará o processo.

Já fui membro do Conselho da Justiça Federal e posso testemunhar-lhes que vi muitos problemas serem resolvidos só com telefonemas: reclamava-se contra o Juiz, o Corregedor lhe telefonava e, muitas vezes, a dificuldade era resolvida sem desgaste para o Juiz ou para a Justiça. Creio que, com a criação de um órgão pequeno – grandes estruturas não funcionarão – e com a modificação constitucional – há que se alterar o texto constitucional prevendo punição por falta de decoro e de trabalho –, o sistema será oxigenado e melhorado, e poder-se-ão evitar os absurdos que acontecem.

Esse Conselho não deveria ter apenas função de punir, mas também de ditar a política do Poder Judiciário: a política orçamentária, as diretrizes do Poder, enfim, outras funções também importantes. Acho que isso acontecerá. Aliás, o trabalho realizado pelo ilustre Presidente desta Comissão, Deputado Jairo Carneiro, contém elementos importantes sobre essa matéria e sobre o Poder Judiciário de modo geral, temas que poderão ser adequados – pois já faz muitos anos que o seu parecer foi proferido – às atuais necessidades de mudança.

Há três temas interessantes. Falei aqui sobre as instâncias superiores, mas a solução dos problemas do Judiciário não podem ser restritas a elas. Já houve

uma iniciativa muito importante por parte da Câmara e do Senado que levou à aprovação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. Temos os Juizados Informais de Pequenas Causas e os Juizados Especiais de Pequenas Causas. Os Juizados Especiais são um grande êxito em prol da administração da justiça no País. A dificuldade que vejo é que eles podem ser vítimas do próprio sucesso, tamanho o seu sucesso. O fato é que têm funcionado de maneira muito alvissareira.

Recentemente, criaram-se os Juizados Especiais na área federal, mas ainda há necessidade de lei que os regule. São também muito importantes.

Este é o grande problema: dar ao povo acesso ao Judiciário. Ricos, pobres, todos devem ser tratados igualmente. Reclama Cappelletti que a Justiça é igual para todos, porém sempre trata os ricos de maneira melhor – e note-se que se trata de autor italiano. Que essa crítica possa ser minorada no Brasil; que a desigualdade de tratamento não aconteça no Brasil; que todos tenham acesso ao Judiciário; que se regulamentem as Defensorias Públicas, tarefa, aliás, que não cabe ao Judiciário, mas ao Executivo. Tudo isso é fundamental.

Contudo, além dos Juizados Especiais, queremos sugerir a criação dos chamados Juizados de Conciliação. Propomos duas alterações: uma no art. 24, que trata da chamada competência concorrente, ou seja, o Estado pode legislar quando não há legislação da União, e outra em seu inciso X, que trata da criação, funcionamento e do processo dos Juizados Especiais. Como não há referência aos Juizados Especiais de Pequenas Causas, suponho que diga respeito aos Juizados Informais. Creio que deveriam ser atribuídos aos Estados poderes para legislar concorrentemente sobre os Juizados Especiais de Pequenas Causas e os Juizados Arbitrais, que caberiam nas hipóteses não-incluídas na competência dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. Os Juizados Arbitrais seriam compostos de Juízes togados, podendo-se examinar a hipótese de Juízes togados e leigos.

Paralelamente, sustento que deveriam ser criados Conselhos de Conciliação, sem remuneração, nos municípios que não fossem sede de comarca. O fundamental é que o poder público penetre em todo o território nacional para não se dar, como acontece, o surgimento de Estados dentro do Estado, como tem ocorrido na periferia das grandes cidades, onde o poder público não se faz presente.

Da mesma forma, além dos Juizados Arbitrais, deveríamos estimular os Juizados itinerantes para atender a periferia das grandes cidades e os lugares de populações dispersas, como, por exemplo, a Amazônia, onde há imensos territórios. Lá é necessária a presença do Poder Público por meio desses Juizados itinerantes, pois não é possível criar-se uma comarca em cada localidade onde a população rural é rarefeita. Então, esses Juízes, como já aconteceu no Império – não se trata de uma grande novidade –, poderiam deslocar-se, marcando audiências com datas e locais predeterminados, significando a presença do poder

público naquela localidade. A presença efetiva do Estado seria útil a fim de que se acabasse com a justiça dos coronéis, com a justiça dos poderosos.

A respeito dos precatórios, recordo-os de que essa é uma palavra que veio à tona com a CPI dos Precatórios. Sabemos que hoje acontece algo em que se precisa repensar: quando a moeda era muito inflacionada, todo mundo fingia que pagava precatórios, mas ninguém o fazia. Os precatórios eram corrigidos em julho para o pagamento no ano seguinte. Todos os governadores - e alguns aqui já foram governadores - lembram-se de que, por ocasião de uma desapropriação para a construção de uma estrada, a administração fingia que pagava e, com uma inflação de 80% ao mês, recalculavam-se os valores, que iam entrando também nos precatórios dos anos seguintes, convertendo-se tudo numa dívida sem fim.

Quando a moeda se estabilizou, foi um deus-nos-acuda, pois pagar precatórios era pagar em termos efetivos. Surgiram muitos problemas e chegaram a tal monta que, hoje, quase não se pagam precatórios. Isso é importante porque se trata do descumprimento de decisão judicial, e deixar de cumprir decisão judicial decorrente de precatório significa dizer que o Estado está desrespeitando a si próprio, o que não é bom para o País, pois gera crise de credibilidade e impunidade.

Uma última observação: acho que a ação direta de constitucionalidade, somente prevista no âmbito do Supremo Tribunal Federal, deveria ser estendida aos Estados.

Em suma, eram essas as observações que tinha a fazer. Perdoem-me a forma aligeirada como as fiz, premido pelo tempo. Contudo os senhores podem dispor dos dados estatísticos ou de quaisquer elementos de que precisem. Qualquer um dos senhores Deputados que quiser visitar a Justiça Federal, o Superior Tribunal de Justiça será acolhido com grande prazer. Estimo que possam realizar um trabalho que - tenho certeza - irá atender aos superiores interesses públicos.

Deputado Jairo Carneiro – Nós é que lhe agradecemos, Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, sua excelente contribuição.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou resumir as questões. Uma delas me foi formulada pelo Deputado Gerson Peres, e a complementarei com outra, formulada pelo Deputado José Antônio. Sustentam S.Exas. que a transformação em Corte Constitucional deixaria o Supremo Tribunal Federal com uma competência muito reduzida e o Superior Tribunal de Justiça com uma competência muito ampliada.

Deputado José Antônio – Só um esclarecimento. Eu apenas questionei se V.Exa. achava que o STJ deveria absorver algumas competências do Supremo. Eu não sou contra essa medida. Eu só questionei se isso não aumentaria a sobrecarga do STJ. Só isso. Eu não sou contra.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro – Acontece que o Supremo Tribunal Federal, mesmo transformando-se em Corte exclusivamente constitucional, ainda terá uma tarefa imensa, porque, conforme acabou de salientar o eminente Ministro Néri da Silveira, o controle de constitucionalidade no Brasil ocorre pelo sistema difuso e pelo sistema concentrado. Pelo sistema difuso, cabe a suscitação de inconstitucionalidade *incidenter tantum* em qualquer processo.

Por isso um volume imenso de processos chegará ao Supremo, até mesmo os advindos dos Juizados Especiais, o que foi questionado aqui pelo eminente Desembargador José Fernandes, o qual acha que matéria relativa a esses Juizados, mesmo de índole constitucional, deveria exaurir-se na Câmara de Recursos desses Juizados.

Tenham em conta que a nossa Constituição é muito extensa, e, evidentemente, o número de questões constitucionais que podem aflorar em cada processo é muito grande.

Creio que não fui bem compreendido neste tópico. Pelo fato de o Supremo transformar-se em Corte Constitucional, poucas matérias serão transferidas para o STJ e, até mesmo, poderão ser transferidas para outros órgãos da Justiça. É o caso da questão da extradição, da ação entre Estado estrangeiro e Estado brasileiro, por exemplo. Questões dessa índole poderão passar até para outros órgãos. Talvez se fale no STJ porque é uma Corte da Federação. Há duas Cortes da Federação: o Supremo Tribunal e o Superior Tribunal de Justiça. Esse, possivelmente, é o motivo.

Temos tentado retirar algumas causas do Superior Tribunal de Justiça, estabelecendo uma limitação dos pressupostos de admissibilidade dos recursos da sua competência. Então, poder-se-ia legislar sobre isso, admitindo-se a seleção das causas a serem decididas segundo o critério de transcendência social, econômica, política e jurídica. A lei poderia estabelecer casos limitativos de recurso especial, assim valorizando a Justiça de segundo grau.

Por outro lado, ainda quanto à súmula vinculante, V. Exa. sustenta a posição da AMB, mas esta diz que se teria de criar uma súmula impeditiva de recurso. O que se pretende é exatamente zelar pela autonomia e independência do Juiz, porém creio ser essa súmula de pouca eficácia.

Sustentei, aqui, que a súmula com efeito vinculante virá em benefício da magistratura, porque produzirá efeito especialmente quanto às entidades públicas da União, Estados e Municípios. Assim, a decisão do Juiz tornar-se-á mais eficaz, até mesmo sob pena de crime de responsabilidade da autoridade administrativa que a deixe de cumprir. Não de autoridade judiciária. Esta não pode praticar um crime por ter deixado de cumprir uma súmula. Não existe crime de hermenêutica; isso seria um absurdo. Mas a autoridade administrativa, creio que sim, porque o Estado tem interesse em que as decisões judiciárias sejam eficazes.

Essa questão pode ser aprofundada. Acredito que a súmula vinculante não virá em detrimento da independência do Juiz, mas em favor daquele que precisa de justiça, o seu destinatário, o povo. A Justiça presta serviço público. É disso que os Juízes têm de se convencer e disso estamos convencidos.

O serviço da Justiça é público; deve satisfação ao público. Essa prestação tem de ser rápida e eficaz, e creio ser esse um dos seus objetivos. Quanto ao fato de o Juiz sustentar uma sentença contra a súmula, às vezes, muito bem-posta, pergunta-se: será que vale a pena pagar o preço da demora apenas por uma veleiidade pessoal? Entendo que não. Essa é a idéia que tenho sobre o tema.

Quanto à questão que V. Exa. sustenta, do controle externo, deixei aqui a minha posição. Acho que a criação do órgão a que me referi, com as alterações constitucionais sugeridas, irá melhorar o sistema. O eminente Deputado Nelson Pellegrino também mostrou, com toda razão, essa preocupação. É necessário aprimorar os controles do Judiciário.

É bem verdade que muitos controles administrativos poderão resultar da própria competência do Congresso Nacional quanto à fiscalização dos atos administrativos pelo Tribunal de Contas. Para esse controle administrativo, basta aprimorar a atuação do Congresso e do Tribunal de Contas, e medidas proveitosas virão.

É bom ter em conta que o nosso Orçamento deste ano é de 565 bilhões de dólares. Desses, 6 bilhões e 200 milhões serão destinados ao Poder Judiciário; a metade desse valor para a Justiça do Trabalho. A dotação referente ao Judiciário é relativamente pequena.

Deputado Waldir Pires – Mas como 560 bilhões no Orçamento? O PIB brasileiro está em torno de 800 bilhões.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro – Vou ler para V.Exa. Esse é um dado demonstrativo. Tenho escrito aqui: resulta da Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro deste ano.

Deputado Waldir Pires – Isso é uma loucura.

Deputado José Pimentel – É só para ajudar. É porque é a rolagem da dívida interna e externa, renegociada, tem tudo isso.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro – Observe que isso é da lei. A lei diz o seguinte: cabem ao Legislativo 2 bilhões, 228 milhões, 269 mil 994 reais, que significam 0,4082%. Ao Judiciário, 6 bilhões, 294 milhões, 349 mil 168, que representam 1,15%. Ao Executivo, 195 bilhões, 470 milhões, 879 mil 382, que correspondem a 35,8069%. Aos precatórios, 730 milhões, 1 mil 266, que equivalem a 0,1337%. Reserva de contingência, 1 bilhão, 99 milhões, 355 mil 146, que correspondem ao percentual de 0,2014%. Encargos financeiros,

refinanciamento da dívida, 340 bilhões, 80 milhões, 332 mil 142 reais, que correspondem a 62,2960%.

Deputado Waldir Pires – Veja V.Exa. a que mentira estamos conduzidos. Um País que tem um PIB de 800 bilhões não pode ter um Orçamento de 500 bilhões. Essa é uma mentira que se iniciou no processo que está gerindo as novas relações financeiras, comandando a sociedade do País.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro – Essa é uma matéria que cabe a V. Exas., cabe ao Congresso Nacional.

Deputado Waldir Pires - É evidente, sem nenhuma dúvida. Essa é uma batalha que estamos travando aqui dentro.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: Trata-se de uma batalha importante.

Deputado Waldir Pires - Sem dúvida, é uma dívida ou é um orçamento escritural, que não tem nada a ver com a realidade.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro: É verdade. Mas o que eu queria dizer é que, nesse contexto, o que cabe ao Poder Judiciário, no seu conjunto, são 6 bilhões e 200 milhões. Considerando-se que grande parte desse valor é para pagar Juízes e funcionários, sobra muito pouco dinheiro para manipular.

O que ocorreu foi o seguinte: nestes últimos dez anos, houve mais construções de prédios, porque eram escassos. Durante o período de congelamento democrático, a Justiça ficou muito reduzida, assim como a cidadania. Com o crescimento dos órgãos judiciários, preconiza-se que haja realmente fiscalização cada vez mais rigorosa de construções, de padronização de prédios. É para isso que estamos lutando.

O Judiciário sofre, tanto quanto o Legislativo e o próprio Poder Executivo, as consequências de uma desorganização estrutural do País.

Deputado Nelson Pellegrino - V.Exa. me permite apenas uma observação? Penso até que a democracia não tem preço. Acho que nunca devemos debater o problema do Judiciário ou do Legislativo pelo problema de quanto gastam. Acho até que gastam pouco, do ponto de vista do que já foi dito aqui em relação a juízes e a população e ao que de fato deveriam ter.

Deputada Zulaíê Cobra - Não, também não é verdade. O Judiciário gasta muito. Não me venha com isso, não.

Estamos aqui criticando o Governo, mas hoje a reforma aqui do Judiciário. Não vamos mudar a discussão e não vamos aqui perdoar a juízes e nem ao Poder Judiciário. De repente, a discussão aqui agora se transformou em outra coisa, Sr. Presidente. Estamos aqui hoje colocando o Poder Judiciário na parede. É essa a nossa reforma. De repente, fica-se discutindo outras coisas.

Deputado Jairo Carneiro - Peço a compreensão do Plenário. Vamos ouvir o Ministro concluir a sua...

Deputado Nelson Pellegrino - Sr. Presidente, eu queria apenas concluir, até para não ser mal interpretado. Eu não queria interromper a Deputada, até porque não posso querer disputar com V.Exa.

Deputada Zulaê Cobra - Disputar comigo não, meu jovem. Dispute com os homens lá.

Deputado Nelson Pellegrino - Disputo com quem acho que deva ser disputado.

Deputada Zulaê Cobra - A discussão hoje é com S.Exas., não é comigo, não. É com S. Exas., Sr. Deputado.

Deputado Nelson Pellegrino - Sra. Deputada, não vim aqui disputar com ninguém. Vim aqui para defender idéias.

Deputado Jairo Carneiro - Peço a compreensão dos colegas. Vamos ouvir o Sr. Ministro, por obséquio.

Deputado Nelson Pellegrino - Vim defender idéias e vim debatê-las.

Deputada Zulaê Cobra - Deputado, o que V.Exa. acha que estamos fazendo aqui? Ouvindo V.Exa.? Não, quero ouvir os Ministros.

Deputado Nelson Pellegrino - Pedi um aparte ao Ministro e S.Exa. me concedeu. Eu gostaria de concluir, até para que o meu raciocínio ficasse inteligível.

Deputado Jairo Carneiro - Peço a V.Exa. que seja breve, Sr. Deputado.

Deputado Nelson Pellegrino - Serei breve, Sr. Presidente.

Acho que o problema da democracia não é problema de dinheiro, em que pese achar que temos que racionalizar todos os órgãos dos Poderes no Brasil. Racionalizar significa gastar o que é necessário.

A queixa maior, Sr. Ministro, quando expusemos o problema do controle, talvez não seja nem tanto esse problema do que se gasta com reforma dos prédios — e que é um problema que tem que ser combatido —, mas a queixa maior é o problema dos juízes que não trabalham e que exercem a sua atividade de forma venal. Essa é a queixa maior. Este é o objeto maior da nossa preocupação, do nosso combate: termos na magistratura juízes honestos e juízes sérios. Essa é a nossa preocupação maior.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro - Lamento ter havido essa discussão paralela. Mas, ilustre Deputada Zulaê Cobra, queríamos dizer apenas o seguinte: realmente a verba do Judiciário é modesta, mas precisa ser bem aplicada. O

Estado brasileiro precisa cada vez de mais rigor na aplicação dos recursos públicos. E temos assim procedido no âmbito da Justiça Federal, temos lutado nessa direção. Tem toda razão o ilustre Deputado Nelson Pellegrino. Também temos atuado nesse sentido.

A nossa sugestão foi na linha de abrir a possibilidade de punição de Juiz pela via administrativa, devido à falta de decoro e falta de trabalho, por meio desse órgão superior. Creio que só isso vai agilizar as punições daqueles que não cumprem bem com os seus deveres e afastar o chamado corporativismo que, normalmente, ocorre em âmbitos locais. Penso ser uma fórmula razoável, sobre a qual há boa aceitação. Dificilmente vai imperar corporativismo num órgão distanciado da ocorrência dos fatos desabonadores. Juiz nenhum gosta de ter colega corrupto, colega que não trabalhe ou que aja com falta de decoro. Podem ter a certeza de que a simples criação de um órgão como o proposto agilizará os sistemas já existentes, que, em alguns Estados, até funcionam relativamente bem. Isso, portanto, será eficaz, com pouca despesa, sem a preocupação de uma medida de grande efeito publicitário, que muitas vezes assume uma dimensão muito grande, mas que, na prática, para quem conhece o Judiciário, pode não funcionar. Penso que a preocupação de V.Ex^a. ficaria atendida, abrindo a possibilidade de punição administrativa por falta de decoro e falta de trabalho nas hipóteses a que me referi.

O prezado Deputado José Antônio de Almeida, que conheço há muito tempo – foi Presidente da Ordem dos Advogados no Maranhão –, também falou sobre a atribuição de poderes correicionais ao Conselho da Justiça Federal, afirmando já o Tribunal ter muito trabalho. Esclareço a V.Exas. ser o Conselho da Justiça Federal integrado por Presidentes de Tribunais Regionais Federais e por alguns Ministros do Superior Tribunal de Justiça, não se confundindo com este. A atividade correicional é importante exatamente para dar eficácia aos atos normativos que atualmente o Conselho expede, visando planejar melhor e fiscalizar mais o Poder Judiciário, para evitar grandes distorções na Justiça Federal.

A ilustre Deputada Zulaiê Cobra falou em reduzir os Tribunais Regionais Federais. Porém deve estar referindo-se, possivelmente, aos Tribunais Regionais do Trabalho, porque só temos cinco Tribunais Regionais Federais; é um número pequeno, são apenas cinco regiões. Alguma medida deve ser adotada com rigor, para melhorar o controle das verbas públicas. Em relação aos atos administrativos, o Conselho da Justiça Federal baixa um ato, mas não tem condições de fazer valer esse ato, na prática. Um Tribunal dá um benefício, o outro o nega e o Conselho toma a decisão uniformizadora. Os Tribunais Regionais cumprem-na se quiserem. Por isso é preciso ter as suas decisões efeito vinculativo. Essa é a tese que sustento. A solução é manter o sistema atual, apenas dando ao Conselho poderes correicionais, poderes para fazer cumprir as suas decisões.

Era isso que queria esclarecer a V. Exas.

Deputado Jairo Carneiro - Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Carlos Biscaia.

Deputado Antonio Carlos Biscaia - Sr. Presidente, fiz duas indagações ao Sr. Ministro. Quero apenas saber se o Ministro pretende respondê-las ou não. Uma com relação aos critérios de controle da construção da própria sede do STJ e os critérios de nomeação dos Ministros do Quinto Constitucional, porque pelo que sei é uma verdadeira campanha política. De que maneira isso é feito? Alguém vai acompanhar do vice-Presidente da República, do Ministro se os Ministros se sentem pressionados nessa votação. Então, é isso que gostaria de ouvir de V.Ex^a.

Deputado Jairo Carneiro - Antes de passar a palavra a V.Ex^a., solicito aos nobres expositores que, ao receberem os textos das notas taquigráficas que contêm os questionamentos, forneçam, se puderem, informações, esclarecimentos adicionais sobre alguma eventual indagação que foi formulada. Ficaremos muito gratos.

Com a palavra o nobre Deputado Marcelo Déda.

Deputado Marcelo Déda - Sr. Presidente, permita-me, para não interromper o Ministro, pegar uma carona no pedido formulado por V.Ex^a. aos Ministros. As notas taquigráficas, tanto a conclusão da minha intervenção na reunião passada quanto a resposta do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo menos nas versões que temos aqui, — não é a questão da revisão do texto — não estão presentes, estão faltando. Peço a V.Ex^a. apenas que, se possível, localize a gravação.

Deputado Jairo Carneiro - Peço à secretaria que faça a conferência.

Ministro Antônio de Pádua Ribeiro - Eminentíssimo Deputado Antônio Carlos Biscaia, V.Exa. fez dois questionamentos. A questão da construção do prédio do Superior Tribunal de Justiça realmente gera discussão. O que notamos é que o Superior Tribunal de Justiça é a Corte máxima da aplicação e interpretação da legislação infraconstitucional, cuja tendência é crescer, como cresceu. Li aqui rapidamente as estatísticas — deixei-as aqui com o ilustre Presidente e V. Exa. poderá consultá-las — e constatei que o volume de processos foi crescendo a tal ponto que havia lá dois prédios: um deles previa a ampliação do número de Ministros. Foi preciso ampliar o gabinete dos Ministros, porque os existentes já estavam entulhados de processos. V. Exa. pode ir lá, se nos der esse prazer, e visitar o prédio para que possa melhor conhecê-lo. Há, por exemplo, um salão que é enorme. É o que impressiona. Quem entra vê um salão muito grande. De acordo com a idéia de Oscar Niemeyer de que prédio público é para o povo, nele não se destinam grandes espaços, o que ocorre, muitas vezes em

detrimento do Tribunal. Se V.Ex.^a. visitar as salas das Turmas, verá que é tudo muito apertado. Há o problema de arquitetura; até mesmo os banheiros públicos, que ficam perto desse salão enorme, onde se concentra o público, se V. Exa. verificar, são de uma dimensão mínima. Então, são problemas que lamentavelmente existem e decorrem dessa concepção antes referida. É uma obra-prima, visitada por um grande número de pessoas, à qual temos procurado dar uma adequação pública, inclusive aos espaços disponíveis. Esclareço que esse salão grande, que não tem nenhum mármore importado, tem sido aproveitado para exposição de obras de arte e outros eventos de interesse social.

Pondero o seguinte — faço-o com isenção, porque não participei de nenhuma comissão de obras —: o STJ custou cerca de 160 milhões de reais. Só aquelas duas torres em fase de construção, em São Paulo, que estão sendo alvo de discussão, já custaram mais de 200 milhões de reais. Gasta-se muito, às vezes, com publicidade. Basta ver no Orçamento que só de publicidade se gastam quase 500 milhões de reais. São verbas que se esfumaçam. O prédio do STJ está lá, rígido, funcionando. Há todos esses aspectos. Poder-se-ia dizer que a verba daria para construir muitos hospitais e escolas, mas sabemos quantas estradas tiveram destinadas à sua construção verbas orçamentárias significativas e ainda não foram construídas. Vou mais longe: um simples erro ou má-fé do Banco Central, do dia para a noite, pode também ensejar dispêndios muito maiores.

Espero que V. Exas. considerem esses aspectos.

Deputado Antonio Carlos Biscaia - Estou satisfeito com a defesa feita por V.Ex.^a. Estamos de acordo agora.

Ministro Antônio De Pádua Ribeiro - Agradeço a V. Exa. as palavras. Espero que nos dê a honra de visitar o STJ para ver *in loco* algumas peculiaridades do prédio.

Há outra questão que também quero explicitar, com relação ao quinto constitucional: no STJ vigora o terço constitucional. É o órgão de cúpula, como disse, da Justiça comum federal e estadual, composto por onze Desembargadores, onze Juízes de Tribunais Regionais Federais e onze membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Distrito Federal e de advogados. A escolha é complexa. Quando ocorre uma vaga — como agora temos uma para Desembargador —, o Superior Tribunal de Justiça oficia aos Presidentes de todos os Tribunais de Justiça para que possam dar a relação dos que estão aptos a concorrer. A partir dessa lista, o Superior Tribunal de Justiça formula uma lista tríplice, que é encaminhada ao Presidente da República, o qual escolhe um dos nomes e o submete ao Senado Federal. É uma escolha em que o poder político fica um pouco reduzido, porque os concorrentes são Juízes que fizeram uma longa carreira em seus Estados, para chegarem a Desembargadores, poderem ser incluídos em

lista tríplice e só então terem seus nomes submetidos ao Senado Federal e serem nomeados para o Tribunal.

O mesmo sistema ocorre com os Juízes Federais, que são os dos Tribunais Regionais Federais.

Quanto à Ordem dos Advogados do Brasil — porque são onze vagas ora ocupadas por cinco advogados e seis membros do Ministério Público, ora por cinco membros do Ministério Público e seis advogados —, a escolha também é complexa: o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil faz uma lista sêxtupla, posteriormente reduzida a lista tríplice pelo Superior Tribunal de Justiça, que a envia ao Presidente da República para que Sua Excelência escolha um só nome. O Presidente da República, por sua vez, manda o nome escolhido ao Senado para aprovação; só então ocorre a nomeação.

Quanto aos Membros do Ministério Público, a relação é oriunda do Ministério Público Federal e do Ministério Público de cada Estado. Cada um elabora uma lista sêxtupla, o Tribunal as reduz a uma tríplice e a envia ao Presidente da República; Sua Excelência escolhe um dos nomes e o encaminha ao Senado Federal, que, se o aprovar, autoriza a nomeação.

Creio que, no âmbito do STJ, essa influência política fica, assim, reduzida. Não sei se há uma forma melhor de escolha. A questão é apenas de aprofundar e continuar o exame dessa matéria. Não se trata, pois, de livre escolha. O Presidente não escolhe quem ele bem quer, porque, no caso do STJ, os Ministros já têm uma carreira atrás de si, seja do Ministério Público Federal, Estadual ou do Distrito Federal, seja na Justiça Federal ou na Justiça estadual. Apenas no caso dos advogados, é o Conselho Federal que escolhe, da maneira como acabei de esclarecer.

* Debate ocorrido em 28 de abril de 1999, por ocasião da exposição do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata da Reforma do Judiciário.